



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeção Escrita

O desenvolvimento económico traz muito dinheiro para os cofres do Governo da RAEM, mas ao mesmo tempo, alarga o fosso entre ricos e pobres, pois os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Numa situação económica de elevada inflação, a vida dos pobres é bastante difícil, especialmente no caso dos residentes das camadas sociais mais baixas. A fim de melhorar a vida dos residentes que auferem rendimentos baixos, em 2007 o Governo da RAEM definiu o salário mínimo para os trabalhadores que prestam serviços de limpeza e segurança nos serviços públicos, em 2008 lançou, a título provisório, o subsídio complementar aos rendimentos do trabalho, e no mês passado apresentou a proposta de lei intitulada “salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades”.

Segundo os dados estatísticos relativos ao subsídio complementar aos rendimentos do trabalho em 2013, o sector de actividade onde os rendimentos são mais baixos é o industrial, em que o montante do subsídio trimestral per capita atinge apenas 7 606 patacas. Porém, este sector não foi salvaguardado, com a devida prioridade e premência, pelo salário mínimo. Não existe uma calendarização sobre a implementação, através de lei, do salário mínimo para todos os sectores de actividade, e ao longo destes últimos anos, os trabalhadores necessitados limitam-se a ser apoiados pela medida provisória do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho.

A referida medida provisória foi implementada em 2008, mas entretanto, em Março passado, o Governo actualizou o subsídio em causa para 5 000 patacas por mês, devido à inflação. Mas este montante corresponde a, aproximadamente, 20 patacas por hora, montante este que é mais baixo do que o salário mínimo de 26 patacas dos trabalhadores que prestam serviços de limpeza e segurança nos serviços públicos e que está muito aquém das 30



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

patacas por hora que o Governo sugere na proposta de lei sobre o salário mínimo. E perante a elevada taxa de inflação, os referidos trabalhadores deparam-se com muitas dificuldades. Até que as garantias das pessoas com baixos rendimentos sejam definidas por lei, estas dependem apenas do apoio do Governo. E garantias tardias não são garantias. O Governo, que tem por base o princípio servir a população e que dá sempre prioridade às necessidades desta, deve avançar, quanto antes, com medidas mais eficazes para salvaguarda dos residentes com rendimentos baixos, por forma a aliviar adequadamente a pressão em que vivem.

Sendo assim, interpelo sobre o seguinte:

1. Até que o salário mínimo seja estendido a todos os sectores de actividade, o Governo deve aumentar o subsídio complementar aos rendimentos do trabalho, por forma a que este se aproxime das 30 patacas sugeridas na proposta de lei em causa, no sentido de salvaguardar, de imediato, a situação das pessoas com baixos rendimentos e de dar mais tempo para se aperfeiçoar a lei. Vai fazê-lo?
2. Já teve início o processo legislativo sobre o salário mínimo dos trabalhadores que prestam serviços de limpeza e segurança nos serviços públicos, mas a sua conclusão ainda vai demorar algum tempo. Neste entretanto, ou seja, até à sua aprovação, o Governo vai aplicar o salário mínimo de 30 patacas na adjudicação desses serviços?
3. O Governo afirmou várias vezes que o salário mínimo ia ser gradualmente estendido a todos os sectores de actividade, mas não referiu expressamente a respectiva calendarização. Já a definiu? Quando é que o salário mínimo vai, de facto, abranger todos os sectores de actividade?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

**A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau**

**Song Pek Kei
23 de Julho de 2014**